

## Gênero, práticas “psi” e subjetividades

Patrícia Porchat

Universidade de São Paulo

**Resumo:** O artigo discute a dificuldade de psicanalistas e de demais praticantes de serviços psicológicos em lidar com as diferentes manifestações de gênero e de sexualidade que aparecem na atualidade. Trabalho com a noção de “gênero” da filósofa feminista Judith Butler que coloca perguntas acerca da determinação social do sujeito, da atitude ética do pesquisador e do clínico e, ainda, de uma ação política com vistas à transformação social. Cabe ainda destacar que existe em Butler uma preocupação “epistemológica”, ou seja, revela em seu trabalho que a noção de gênero é intrinsecamente relacionada a uma noção de sujeito.

**Palavras-chave:** gênero; Judith Butler; homossexualidade; psicanálise; sujeito.

Quando estou diante de um paciente que se diz homossexual, masculino ou feminino, com que noção de homem e de mulher eu trabalho? Certamente a mesma pergunta valeria para um paciente heterossexual, mas vou me ater às questões que já há algum tempo atravessam o meu trabalho que vou chamar aqui de “clínica da homossexualidade”. E antes que me embrenhe pelas dificuldades de conceitualização do masculino e do feminino relativas a sexo, gênero, anatomia e cultura, deixo claro que considero como um paciente homossexual, aquele ou aquela que se denominam a si próprios de homens e mulheres em função de sua anatomia e que também se auto-denominam como homossexuais a partir do desejo sexual por alguém de anatomia semelhante à sua. Mas a definição não pára aí. Ela apenas começa nesse ponto. Trarei uma vinheta clínica<sup>1</sup> para ilustrar a dificuldade em se definir a homossexualidade.

Uma mãe, Léa, acompanha sua filha, Andréa, de vinte anos, à primeira entrevista. A mãe havia insistido muito em estar presente no encontro com a analista. O contato telefônico fora feito por ela. Dizia que a filha se havia *envolvido com duas meninas* durante uma viagem que fizera, que fugira de casa e ficara cerca de vinte dias morando com elas até que a mãe fora buscá-la. Procurava ajuda e se a filha não se curasse, iria matá-la, dando-lhe veneno de rato. Diz que a filha *fez aquilo* e que ela, a mãe, mesmo sendo muito católica, não mudaria de opinião nem que o Papa viesse falar com ela. Sua filha precisava ser curada *daquela doença*. Sobre as meninas com quem Andréa se *envolveu*, Léa diz: são pobres, adotadas, drogadas, com problemas. “*Já passei por isso na adolescência e já saí fora*”. A mãe se retira e deixa Andréa contar sobre seu envolvimento amoroso com as meninas. Viajara a trabalho, era dançarina de um grupo.

---

<sup>1</sup> Os nomes são fictícios.

Numa de suas apresentações, enquanto estava cantando no palco, percebeu que um rapaz da platéia olhava para ela de maneira insistente. Tinha belos olhos. Depois do show o rapaz se aproximou e os dois trocaram telefones. Numa segunda viagem à mesma cidade, o rapaz a procurou depois da apresentação e a amizade cresceu. Ele então lhe explicou que na verdade não era um homem, mas sim uma mulher. Entre uma viagem e outra, o “rapaz” e ela haviam se falado durante um mês ao telefone. Andréa acreditava estar de paquera com este rapaz. Ele havia se apresentado com nome de homem. Chegaram a trocar um beijo antes da revelação. Nessa segunda viagem, quando Andréa faz sua “descoberta”, ele apresenta um “amigo” seu por quem Andréa se interessa ainda mais e com quem começa um namoro. Ambos têm nome de homens. Contam seus nomes femininos de batismo, mas, tanto nos dias subseqüentes, em que Andréa fica morando na casa do segundo “rapaz”, quanto na entrevista, ela refere-se a eles pelos nomes masculinos. Relata como, para ela, se envolvera com dois rapazes. Com o segundo, Andréa teve um relacionamento mais íntimo e fez um único comentário: “Quando ele tira a roupa, aí a gente percebe que é mulher, porque tem peito.”

Podemos colocar aqui uma série de questões, como por exemplo: o que a mãe não suporta, a ponto de preferir ver a filha morta a estar envolvida numa relação homossexual? Seria algo de sua própria homossexualidade? Para Andréa, que aparentemente se envolveu primeiramente numa relação com um homem, não faz diferença que este “homem” seja uma mulher? E, em seguida, ao trocar de “namorado” e fazer, então, uma escolha consciente por uma menina que se transveste em rapaz, trata-se de uma escolha homossexual? Quanto aos “rapazes”, como diz Andréa, ou “meninas”, como diz sua mãe, poderiam ser chamados/as de homossexuais ou haveria indícios de serem transexuais em função da escolha de um nome masculino, do modo de vestir e de se apresentar? Estaria presente “neles” o desejo de mudar de sexo? Inúmeras outras questões poderiam ser colocadas.

Stoller (1998) diz que não entendemos a homossexualidade. É uma palavra que tem sido usada de tantas maneiras que, “...a menos que se diga claramente como ela é empregada em um dado momento, os significados excedentes sufocam nossa compreensão”. Trata-se do desejo consciente erótico por pessoas do mesmo sexo ou da prática de relações eróticas com uma pessoa do mesmo sexo, mas seu significado pode se estender a dimensões inconscientes e a tipos de defesa. O possuidor de um impulso homossexual às vezes é chamado de *um* homossexual e aí se confunde impulso com identidade, doença e perversão, diz Stoller. Como avaliar se e quando a homossexualidade é um aspecto da condição humana ou se é uma patologia? Stoller opta finalmente pela posição de que não existe algo como a homossexualidade, portanto não pode haver uma teoria unitária para a etiologia, dinâmica ou tratamento. Existem as homossexualidades, assim como existem as heterossexualidades, e ambas se manifestam de maneiras diferentes na etiologia, na dinâmica e na aparência. Não entendemos e não sabemos o que “homossexualidade” quer dizer, a não ser em cada caso. E, acrescento eu, antes de ser homossexual, trata-se de um homem ou de uma mulher. Ao menos, até agora tem sido assim que as teorias e a psicanálise, entre elas, dividem os seres humanos.

Não foi por acaso que invoquei o nome do psiquiatra e psicanalista Robert Stoller para falar sobre a homossexualidade. Foi ele quem introduziu a noção de “gênero” na psicanálise há cerca de quarenta anos, mais precisamente em 1964, em seus estudos

sobre o transexualismo. Stoller cria a “identidade de gênero” ou “gênero”, como é mais usado, para diferenciar o sexo, no sentido anatômico, da identidade, no sentido social ou psíquico.

Em que medida “gênero” contribui para a compreensão da homossexualidade e, conseqüentemente, para uma prática clínica ou qualquer outra prática “psi”? Aqui cabe um esclarecimento: entendo por prática “psi” qualquer atividade do psicólogo, psiquiatra ou outro profissional que trabalhe com a subjetividade, na medida em que esta se apresente como fonte de sofrimento e demandando algum tipo de procedimento que leve a uma mudança na relação do sujeito com seu sofrimento. Em minha pergunta inicial (com que noção de homem e de mulher eu trabalho na clínica da homossexualidade?), a noção de “gênero” parece fundamental. Ela diz respeito à percepção dos próprios pacientes como homens e mulheres, à minha percepção dos traços que neles identifico como atributos de um estereótipo do feminino e do masculino na cultura da qual faço parte e diz respeito, ainda, ao modo como cada autor constrói e utiliza em sua teoria uma noção de homem e de mulher que servirá de substrato para a compreensão dos casos clínicos. Se, por algum motivo, a homossexualidade pode reivindicar alguma atenção maior do que a heterossexualidade em relação à noção de “gênero”, é porque constata-se com frequência na fala dos pacientes homossexuais o sofrimento advindo da inadequação entre sua anatomia, seu gênero, seu desejo e sua prática sexual, inadequação esta que resulta de uma predominância da heterossexualidade - onde estes quatro itens aparentam uma concordância - dentro da visão de mundo manifesta na sociedade e, em grande parte, assimilada pelo próprio paciente. E ainda que o sentimento de inadequação seja vencido, resta o confronto com a sociedade que estigmatiza e por vezes, agride, em nome de um ideal de gêneros “inteligíveis”, aqueles que, aparentemente “...mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. (Butler, 2003).

Fatores sociais que tomam vulto na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil, como a questão do casamento *gay*, da adoção de crianças por casais homoparentais, mudanças na estrutura de parentesco e o surgimento de novas práticas sexuais, assim como a manifestação de novas identidades - transgêneros, *drag queens*, *drag kings*, *butchs* - nos fazem questionar noções tradicionais de gênero. Não há, a meu ver, como refletir sobre a homossexualidade, sem levar em conta o contexto social e a formação das identidades de gênero. Não há como isolar a prática psicanalítica, bem como as demais práticas “psi” das contribuições da antropologia, da sociologia e da história. Corre-se o risco de os psicanalistas e os demais profissionais “psi” demorarem a compreender as transformações que se operam na sociedade.

Em função de um projeto de pesquisa no ano de 2003 sobre a atividade de “pegação” na homossexualidade masculina, realizei contato com alguns grupos da comunidade *gay* de São Paulo, com o objetivo de fazer entrevistas e oferecer atendimento clínico. Através de acordo estabelecido com grupos de militância, recebi encaminhamentos de pessoas que se denominavam homossexuais, bissexuais e também transexuais, embora, estes últimos, em menor número. As questões trazidas por esses pacientes se repetiam: o que é ser homossexual? O que é ser homem, o que é ser mulher, o que é o masculino e o feminino, o que define a sexualidade - se é o desejo, se é a prática sexual, enfim, muitas dúvidas. Para esses pacientes, essas questões vinham associadas sempre a uma carga de sofrimento por conta de uma dificuldade de aceitação

deles por si próprios e, obviamente, pela sociedade. Trata-se de uma exclusão social externa ou interna? Ela está presente o tempo inteiro, seja na atitude das pessoas na rua, seja no próprio sentimento que muitos gays, lésbicas ou transgêneros desenvolvem acerca de si próprios. Alguns pacientes transgêneros deixaram de frequentar meu consultório por serem verbalmente agredidos no caminho. Disseram-me que para continuar sua análise precisavam que eu os atendesse no centro da cidade e de noite. No centro velho, o anonimato é possível e, no período da noite, a escuridão protege seus corpos, por vezes anômalos. Meu consultório fica num bairro moderno de São Paulo, mas não pode ser considerado uma zona livre para gays, lésbicas e transgêneros. Por outro lado, as normas sociais são sempre interiorizadas e aí encontramos a internalização da exclusão social. Sentimentos de culpa e de inferioridade não cessam de brotar. Muitas vezes esses sentimentos são responsáveis pela dificuldade de organização em relação à vida profissional e, conseqüentemente, econômica. Fica difícil estruturar a vida de forma independente da família. Episódios depressivos são comuns e demandam cuidados. Suicídios não são raros. Há uma grande queixa daqueles que permanecem morando com os pais, pois não conseguem espaço para desenvolver sua vida pessoal, afetiva e social. Alguns desses pacientes não correspondem às categorias sexuais tradicionais utilizadas para a descrição de seres humanos. São considerados como “seres abjetos”, expulsos ou excluídos da sociedade como sendo o próprio detrito desta sociedade.

Decidi investigar a noção de gênero, acreditando que seria útil na minha clínica, mas, igualmente, busquei construir ferramentas para averiguar que noção de gênero informava os autores com quem trabalho. É fato notório que a discussão sobre a formação do “sentimento” de ser homem ou ser mulher, que é uma das formas de se definir “gênero”, já aparece em Freud e em outros psicanalistas no início do século XX, como Karen Horney e Ernest Jones, mas o uso do conceito de “gênero” só aparece bem mais tarde na psicanálise.

Desde as investigações antropológicas de Margaret Mead, na década de trinta, a categoria de gênero, como “divisão dos papéis sexuais”, foi acompanhada da questão sobre a relação entre natureza e cultura e do debate entre posições essencialistas e universalistas, no que diz respeito ao masculino e o feminino, e, por outro lado, posições construtivistas, dando ênfase às contingências sociais, culturais e históricas na aquisição do gênero. Não há posições teóricas homogêneas no debate sobre gênero. Tomei como base uma definição geral de “gênero” como um conceito que mostra como se constrói a relação entre o psíquico e o social e, nesse sentido, se torna um instrumento para a análise das sexualidades e das identidades. Gênero agrupa os aspectos psicológicos, sociais, históricos e culturais, associados à feminilidade e à masculinidade, por oposição ao termo “sexo”, que designa os componentes biológicos e anatômicos. Essa definição, construída a partir da leitura de autores mais próximos ao construtivismo social, serviu de ponto de partida para compreender as idéias da filósofa e feminista americana Judith Butler, uma das principais teóricas de gênero, senão a principal, da atualidade.

Butler (2003) apresenta um conceito de gênero como “ato performativo”, que ficou bastante conhecido a partir da publicação de seu livro *Problemas de Gênero* –

*Feminismo e subversão da identidade*, em 1990.<sup>2</sup> Seu trabalho aborda o que ela chama de “gêneros não-inteligíveis”, ou seja, a idéia de que não existe uma relação de coerência entre sexo anatômico, gênero, desejo e prática sexual. Essa definição diz respeito, principalmente, àqueles que não se enquadram facilmente nas categorias sexuais mais comuns.

Seu conceito de gênero como “ato performativo” me interessou, na medida em que ele esclareceu o modo como eu já olhava para certos indivíduos na minha clínica. Percebi que não estava sozinha na busca por melhores condições teóricas de abordagem e compreensão da clínica da homossexualidade. Constatei a existência de outros pesquisadores, que em função de sua prática clínica psicanalítica, igualmente se interessaram pelas idéias de Butler.<sup>3</sup>

Judith Butler é uma autora que recebe atenção e causa polêmica em certos meios psicanalíticos (Gallano, 2003; Braunstein, 2005; Sáez, 2004 e Roudinesco, 1998) e estabelece confronto direto, em seus artigos, com alguns de seus opositores (Copjec, 1994; Žizek, 1999, Shepherdson, 2000). Não obstante, confessa ser apaixonada pela psicanálise e acredita em sua importância desde que esta teoria estabeleça diálogo com os estudos culturais e as políticas culturais. Para ela, a psicanálise é importante, na medida em que se trata de uma teoria que é capaz de promover uma forte crítica à normalização e às regulações sociais.

Butler é normalmente identificada como uma teórica “queer”. A teoria *queer*, na definição de Butler, se opõe a todas as demandas de identidade e insiste no fato de que qualquer um pode se engajar nos diferentes ativismos, como, por exemplo, o ativismo anti-homofóbico. Não são necessários marcadores de identidade para a participação política. Os diversos movimentos em prol das identidades sexuais, dos direitos sexuais, em sua opinião, têm como tarefa lutar contra normas e convenções que restrinjam as condições da própria vida, como respirar, desejar, amar e viver (Butler, 2004).

Ao ler sua obra, deparei-me com uma questão que, em Butler, me parece vir pela via principalmente do feminismo, mas também pela via da convivência com os “gêneros não-inteligíveis”. Butler conta que, em sua época de estudante, passava o dia na biblioteca e, à noite, freqüentava um bar de lésbicas onde *drags* faziam performances. Em seus textos freqüentemente menciona situações de violência vividas por pessoas que se enquadram nos “gêneros não-inteligíveis”, alguns sendo conhecidos seus. De sua militância vem a idéia de transformação da sociedade. Sua leitura me trouxe a seguinte questão: que noção de gênero permite uma atitude mais ética em relação aos “gêneros não-inteligíveis” e, ao mesmo tempo, pode apontar para uma ação social no sentido de uma transformação da vida dessas pessoas que sofrem pela sua inadequação de gênero?

---

2 O nome no original é *Gender Trouble – Feminism and the subversion of identity*, Routledge, New York. A edição brasileira é de 2003, da Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

3 Arán, M. e Peixoto Junior, C.A. (2007). *Subversões do desejo: gênero e subjetividade em Judith Butler*, in *Cadernos Pagu*, Unicamp, no prelo; Arán, M. (2006, Janeiro-Junho). *A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero*. In *Ágora*, Rio de Janeiro, IX (1), 49-63; Saraiva, E. (2004). *Transcendendo o gênero: travestis e transexuais*, in *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero* (pp.121-131). In Lago, M., e Grossi, M. (orgs.), Editora Mulheres, Florianópolis, SC; Dunker, C. (2005). *Teorias da sexualidade em psicanálise*.

Cabe ainda destacar que existe em Butler uma preocupação “epistemológica”, ou seja, revela em seu trabalho que a noção de gênero é intrinsecamente relacionada a uma noção de sujeito. Apesar de discutir “gênero”, o cenário dessa discussão comporta perguntas acerca da determinação social do sujeito, assim como, da atitude ética do pesquisador e do clínico e, ainda, de uma ação política com vistas à transformação social. Nesse sentido, voltando ao nosso tema inicial, creio podermos afirmar que toda prática “psi” que envolve gênero deve colocar em pauta sua postura ética e seu propósito, qual seja, o da transformação da sociedade em relação à aceitação das pessoas que sofrem por questões de gênero.

De modo geral, as críticas dos teóricos de gênero e, entre eles, Butler, endereçadas à psicanálise operam em dois níveis distintos: um primeiro nível que podemos chamar de “político-ideológico” e, um segundo nível, que é teórico. Em primeiro lugar, uma crítica aos termos que a psicanálise utiliza para falar do homem, da mulher e do sexo. Mas, se for retirado o conteúdo interpretado comumente como moralizante e preconceituoso, ou ainda, compreendido como parte de uma ideologia mantenedora de um determinado sistema de poder e de controle, será que a teoria psicanalítica permitiria incorporar novas formas de sexualidade, novos gêneros, que não se ativessem ao binarismo dominante em nossa sociedade, sem cair na patologia?

Butler se preocupa com o direito de existência legítima dos transexuais, dos transgêneros e, igualmente, dos homossexuais. Preocupa-se em descobrir como novos modos de realidade podem ser instituídos, ou seja, o que faz parte da realidade e o que “precisa” fazer parte dela. Em relação à história da noção de gênero, trata-se de um deslocamento da patologia à política, isto é, do estudo do transexualismo por Stoller, à proposta política de Butler. Butler parte sempre do singular, como se “escutasse” os seres considerados “abjetos” e os “gêneros não-inteligíveis”.

Porchat, P. (2010) Gender, psychological practices and subjectivity. *Revista de Psicologia da UNESP* 10(1), 116-122.

**Abstract:** *This paper discusses the difficulties met by psychoanalysts and other psychological services practitioners, when dealing with new sex and gender roles which have emerged in our society. I am working on feminist philosopher Judith Butler's notion of gender. This notion poses some interesting questions about the subject's social determination, the researcher's and the practitioner's ethical attitude, and may also provide a new support for a political action towards social transformation. And we can find in Butler an “epistemological” concern with the intrinsic relation between gender and the notion of subject.*

**Keywords:** *gender; Judith Butler; homosexuality; psychoanalysis; subject.*

**Referências:**

Butler, J. (1990/2003) *Problemas de gênero – Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2004). *Undoing gender*. New York and London: Routledge.

Porchat, P. (2007). *Gênero, psicanálise e Judith Butler – Do transexualismo à política*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da USP.

Stoller, R.J. (1993). *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre, Artes Médicas.

\_\_\_\_\_. (1985/1998). *Observando a imaginação erótica*. Rio de Janeiro: Imago.

*Recebido: 29 de novembro de 2009.*

*Aprovado: 10 de março de 2010.*